

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.402 - MG (2019/0327233-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : MARIA AMELIA PAULINO VIEIRA
ADVOGADOS : BRUNO DANIEL BRANDÃO E SILVA E OUTRO(S) - MG085549
SAULO RAFAEL BRANDÃO E SILVA - MG101419
RICARDO MARINHO CORREA - MG131907
RECORRIDO : FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTERIO DA FAZENDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) - SP128341
ADVOGADOS : LIVIA DE MOURA FARIA CAETANO - DF027070
NATALIA RIBEIRO XAVIER - DF042175
NATHALIA CRISTINA DOS SANTOS BJAJE - DF051782

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA AMELIA PAULINO VIEIRA com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – PLANO DE SAÚDE DE AUTOGESTÃO – ROL DA ANS – EXEMPLIFICATIVO – EVIDÊNCIA CIENTÍFICA

- Aos planos de saúde se aplica o Código de Defesa do Consumidor, excetuados aqueles administrados por entidade de autogestão, nos termos da súmula 608 do STJ.

- O rol de procedimentos estabelecido pela ANS não é taxativo, prevendo apenas os procedimentos mínimos a serem cobertos pelas operadoras de plano de saúde.

- Restando demonstrado, através de nota técnica emitida pelo Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, que o tratamento cirúrgico indicado pelo médico para o tratamento da paciente é recomendado para a doença que o acomete, surge o dever do plano de saúde em custeá-lo" (fl. 536, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, com a seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – REQUISITOS – OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, ERRO MATERIAL - Nos termos do artigo 1.022 do NCPC, cabem Embargos de Declaração para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material no acórdão. Ausentes os requisitos, os Embargos devem ser rejeitados.

- Devem ser acolhidos os Embargos de Declaração para sanar erro material constante do acórdão, tal como a substituição da palavra 'apelada' por 'apelante'" (fl. 574, e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

No especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil de 2015, argumentando, em síntese, que os honorários advocatícios foram arbitrados no valor módico de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sem a observância dos parâmetros legais, que determinam a fixação com base no proveito econômico obtido.

Sustenta, ainda, a impossibilidade de utilização do critério da equidade para estabelecer a verba honorária em hipóteses diversas daquelas previstas no referido dispositivo, devendo ser reformado o acórdão para fixar a sucumbência entre o mínimo de 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o proveito econômico obtido com a demanda.

Apresentadas contrarrazões (fls. 717/723, e-STJ), o recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

O tribunal de origem dirimiu a controvérsia nos seguintes termos:

"(...)

In casu, em relação à fixação de honorários advocatícios, não vislumbro vício a ser sanado, eis que o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) foi fixado de acordo com os parâmetros legais previstos no artigo 85, § 2º do NCPC, levando-se em conta grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

É cediço que a regra geral é no sentido de que os honorários advocatícios serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

(...)

Levando em consideração a regra estabelecida no § 2º acima descrito, os honorários deveriam ser arbitrados em percentual incidente sobre o valor atualizado da causa.

Urge destacar, contudo, que, interpretando conjuntamente os parágrafos 2º e 8º, do art. 85, do CPC/15, mencionados dispositivos nada mais são do que a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

No arbitramento de honorários advocatícios sucumbenciais, em qualquer situação, tanto em ações com cunho condenatório como naquelas sem, o julgador deverá se atentar não só ao texto normativo, mas, também, aos princípios acima citados, sob pena de possível configuração de enriquecimento ilícito.

Por este motivo é que entendo que o § 8º deve ser

Superior Tribunal de Justiça

interpretado de forma extensiva, aplicando, analogicamente, aos casos em que o valor da causa for muito alto, o que ocorreu no caso dos autos.

Não há, pois, que se falar no acolhimento dos Embargos, neste aspecto" (fls. 576/577, e-STJ).

Verifica-se que a corte estadual decidiu em desconformidade com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, que consolidou entendimento no sentido de que, na vigência da nova legislação processual, o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, '[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito'.

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos em reconvenção, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, faz-se impositiva a majoração da verba honorária, estipulada em quantia inferior a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

4. Recurso especial provido" (REsp 1.731.617/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 15/5/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. 1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS ALTERADOS SOB A ÉGIDE DO NOVO CPC. APLICAÇÃO DOS LIMITES PERCENTUAIS DO ART. 85, §§ 2º E 6º, DO CPC/2015. VALOR RELEVANTE. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 2. POSSIBILIDADE DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO. 3. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA, NA ESPÉCIE. 4. HONORÁRIOS RECURSAIS. AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. 5. AGRAVO INTERNO DE RABELO, QUEIROZ E ADVOGADOS S.S. IMPROVIDO.

1. De fato, a jurisprudência desta Corte se firmou sentido de que o marco temporal a ser utilizado para determinar o regramento jurídico aplicável à fixação dos honorários advocatícios é a data da prolação da sentença ou do acórdão que os modificou.

1.2. Os honorários devem ser estabelecidos, em regra, com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC/2015, isto é, nos limites percentuais nele previstos sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa, inclusive nas demandas julgadas improcedentes ou extintas sem resolução do mérito.

2. No que refere à aplicação do disposto no art. 1.042, § 5º, do CPC/2015, não merece acolhimento, tendo em vista que os arts. 932, IV e V, do CPC/2015; 255, § 4º, do RISTJ, e enunciado n. 568 da Súmula do STJ permitem ao relator decidir monocraticamente o recurso, quando amparado em jurisprudência dominante ou Súmula de Tribunal Superior, como no caso dos autos.

2.1. Ademais, o provimento ao recurso especial, por meio de decisão unipessoal, não implica violação ao comando do art. 1.042, § 5º, do CPC/2015, mesmo que não viabilizada a sustentação oral das teses apresentadas. Isso porque a possibilidade de interposição de agravo interno contra a respectiva decisão monocrática permite que a matéria seja apreciada pelo órgão colegiado.

3. O mero não conhecimento ou improcedência de recurso interno não enseja a automática condenação à multa do art. 1.021, § 4º, do NCPC, devendo ser analisado caso a caso.

4. Não cabe a condenação ao pagamento de honorários advocatícios recursais no âmbito do agravo interno, conforme os critérios definidos pela Terceira Turma deste Tribunal Superior nos EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, desta relatoria, julgado em 4/4/2017, DJe de 8/5/2017.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no AREsp 1.410.995/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/8/2019, DJe 30/8/2019).

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação)

para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido" (REsp 1.746.072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para fixar os honorários advocatícios em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator